dições expressas nos citados artigos do decreto n.º 14:643, e são devidas contribuição industrial, nos termos do artigo 13.º do decreto n.º 24:916, e respectivas licenças municipais, por qualquer actividade de comércio e indústria não incluída nas mencionadas disposições e que as empresas concessionárias exerçam.

Art. 3.º O Conselho de Administração de Jogos enviará até 30 de Abril de 1939, às secções de finanças das sedes das zonas de jogo, notas dos prédios e actividades que façam parte das obrigações impostas às concessionárias de jogos de fortuna ou azar.

§ único. Estas notas serão substituídas durante o mês de Julho quando se derem quaisquer alterações, ou no prazo de quinze dias a contar da data do contrato se respeitarem a novas concessões.

Art. 4.º (transitório). Serão anuladas todas as colectas em dívida cuja liquidação não esteja de harmonia com as disposições do presente decreto e restituídas as respectivas importâncias, caso tenham sido pagas.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

Inspecção do Comércio Bancário

Decreto-lei n.º 29:528

Requereram os Bancos Ferreira Alves e Comercial do Porto, em cumprimento de resolução das suas assembleas gerais, convocadas extraordinariamente, nos termos da lei, autorização para constituírem, por fusão, ao abrigo do disposto no artigo 9.º e seu § único da lei n.º 1:894, de 11 de Abril de 1935, um novo Banco, sob a denominação de Banco Ferreira Alves, com sede no Porto, com redução dos débitos concordados do Banco Comercial do Porto ao seu valor real.

Reconhecido interêsse público na projectada fusão pelo Conselho de Ministros;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É autorizada a constituição de um estabelecimento bancário sob a denominação de Banco Ferreira Alves, com sede no Porto, por fusão dos Bancos Ferreira Alves e Comercial do Porto.

§ 1.º O novo Banco constituir-se-á com o capital de 2:000.000\$, representado por parte do activo líquido das duas instituições.

§ 2.º No capital do novo organismo participarão, na proporção que lhes competir:

1.º Os accionistas do Banco Ferreira Alves;

2.º Os accionistas do Banco Comercial do Porto possuidores de acções emitidas, em representação de aumentos de capital, posteriormente à homologação da concordata que realizou com os seus credores;

3.º Os credores concordados do Banco Comercial do Porto com os seus créditos reduzidos a 14,5 por cento.

§ 3.º Para efeitos da participação no capital do novo Banco será feita a avaliação do activo líquido do Banco Comercial do Porto e do Banco Ferreira Alves, por uma comissão constituída pelos actuais corpos gerentes, assistida do commissário do Governo junto do Banco Comercial do Porto e de um delegado da Inspecção do Comércio Bancário.

Art. 2.º A fusão dos Bancos Ferreira Alves e Comercial do Porto haver-se-á por efectuada definitivamente desde a data da publicação no *Diário do Governo* de certidões comprovativas do registo da nova sociedade na Conservatória do Registo Comercial e na Inspecção do Comércio Bancário.

Art. 3.º É concedida para a fusão referida no artigo anterior dispensa das formalidades prescritas nos artigos 124.º a 127.º do Código Comercial e isenção de sisa pelas transmissões que dela resultem.

Art. 4.º Ao novo organismo será liquidada contribuição industrial apenas a partir do primeiro dia do trimestre seguinte ao da sua constituição, não se efectuando, porém, qualquer anulação pelo trimestre em que cada um dos Bancos que entram na fusão cessar o seu exercício.

Art. 5.º As dúvidas que se suscitarem na execução do presente decreto serão resolvidas por despacho do Ministro das Finanças.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1939. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — João Pinto da Costa Leite — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Por ordem superior se faz público que, segundo informa o Secretariado Geral da Sociedade das Nações, o Governo da República Francesa notificou ao mesmo Secretariado, em 16 de Março de 1939, que Sua Majestade Britânica e o Presidente da República Francesa decidiram aplicar a Convenção relativa ao imposto do selo em matéria de letras e livranças, assinada em Genebra em 7 de Junho de 1930, aos territórios do *condominium* das Novas Hébridas.

O Governo da República Francesa notificou igualmente ao mesmo Secretariado, na mesma data, que os únicos títulos aos quais serão aplicáveis as disposições desta Convenção são as letras apresentadas a aceite, aceites ou a pagar em territórios que não sejam os do *condominium* das Novas Hébridas.

Direcção Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 8 de Abril de 1939. — O Director Geral, *Pedro Tovar de Lemos*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Decreto n.º 29:529

A Câmara Municipal da Mealhada representou ao Governo sobre a conveniência de ser declarada de utilidade pública urgente a expropriação de uma faixa de terreno pertencente a Amaro Tomé Ferreira, a fim de poder assentar a canalização das águas que brotam no prédio denominado Mole e que se destinam ao abastecimento da fonte da povoação de Vimieira, da

freguesia de Casal Comba, em virtude de as antigas nascentes se encontrarem sêcas.

Sendo de inteira justiça habilitar a Câmara Municipal da Mealhada com os meios legais que lhe permitam levar a efeito o melhoramento de que se trata, resolve o Governo atender o pedido.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É declarada de utilidade pública urgente, nos termos e para os efeitos do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:859, de 7 de Janeiro de 1935, a expropriação de uma faixa de terreno com a área total de 37 metros quadrados e com as delimitações indicadas na planta junta ao processo, situada na povoação de Vimieira, freguesia de Casal Comba, do concelho da Mealhada, pertencente a Amaro Tomé Ferreira, a fim de a Câmara Municipal da Mealhada poder assentar a canalização das águas que brotam no prédio denominado Mole, de Alexandre Ferreira Gomes, e que se destinam ao abastecimento da fonte da referida povoação.

Art. 2.º No processo de expropriação observar-se-ão as disposições aplicáveis do decreto n.º 17:508, de 22 de Outubro de 1929.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 13 de Abril de 1939. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Duarte Pacheco.

Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento

Portaria n.º 9:200

Convindo tornar extensivas à vila de Albufeira as disposições do § 2.º do artigo 3.º do decreto-lei n.º 29:216, de 6 de Dezembro de 1938, que estabeleceu os princípios a que devem satisfazer as condições gerais do abastecimento de águas às diversas localidades do País: manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, conforme foi pedido pela respectiva Câmara Municipal e com base no referido diploma, que a obrigatoriedade de pagamento de consumo mínimo mensal de água a que estiverem sujeitos os moradores dos prédios da vila de Albufeira situados nas ruas ou zonas em que se ache estabelecida a rede de distribuição de águas seja igualmente aplicável aos locatários de cada andar ou divisão de prédio. Neste caso o consumo mínimo mensal será fixado, em relação a cada locatário, tendo por base o rendimento da parte do prédio ocupada.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações, 13 de Abril de 1939. — Pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, Roberto Espregueira Mendes, Sub-Secretário de Estado das Obras Públicas e Comunicações.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 29:530

Atendendo ao que solicitaram os governadores das colónias de Cabo Verde e Guiné, os governadores gerais de Angola, Moçambique e Índia e os governadores

de Macau e Timor, a fim de se ocorrer nas mesmas colónias, por meio de abertura de créditos especiais e outras medidas, a encargos não previstos ou previstos em importâncias insuficientes nas respectivas tabelas de despesa;

Tendo em vista o artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelos n.ºs 3.º e 4.º do § 1.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Português, e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É autorizado o governador da colónia de Cabo Verde a abrir no corrente ano económico, com as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de 1:030.000\$, com contrapartida nos saldos dos exercícios dos anos económicos findos, com a seguinte aplicação:

a) 900.000\$, destinados à aquisição de duas lanchas motoras para o serviço entre as Ilhas de S. Vicente e Santo Antão e um motor para a lancha que existe no porto da Praia;

b) 130.000\$, para aquisição de dois automóveis destinados aos serviços do governo da colónia.

Art. 2.º É autorizado o governador da colónia da Guiné a abrir no corrente ano económico, observadas as formalidades legais aplicáveis, um crédito especial de 55.000\$, com contrapartida nos saldos dos exercícios dos anos anteriores, destinado à aquisição de um barco a gasolina para serviço da capitania dos portos.

Art. 3.º É autorizado o governador geral de Angola a abrir no corrente ano económico, observadas as formalidades legais aplicáveis, os seguintes créditos especiais:

a) Um de 400.000,00, com contrapartida nos saldos dos exercícios dos anos económicos findos, destinado à conclusão das instalações cerealíferas do Lobito;

b) Um de 2:160.907,50, com contrapartida a sair da importância de 2:623.907,50 depositada no Banco de Angola e proveniente do artigo 12.º do orçamento da receita do orçamento geral da colónia para 1937, destinado a um empréstimo a fazer aos serviços autónomos de luz e água à cidade de Loanda, sendo 746.000,00 para pagamento da despesa relativa ao conduto de água entre Loanda e Quifandongo e 1:414.907,50 para compra de material e outras despesas a efectuar com a rede geral de distribuição de água à cidade de Loanda, incluindo o pagamento de juros em débito;

c) Um de 800.000,00, para aquisição de sobressalentes para o material dos caminhos de ferro de Loanda a Mossamedes, com contrapartida no saldo do crédito aberto pelo diploma legislativo n.º 1:026, de 1 de Outubro de 1938;

d) Um de 1:700.000,00, com contrapartida no saldo disponível da verba do capítulo 10.º, artigo 388.º, n.º 32), alínea b), da tabela de despesa do orçamento geral da colónia para o ano económico de 1938, para reforçar a verba do capítulo 5.º, artigo 47.º, n.º 1), alínea a), da tabela de despesa do orçamento privativo da Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes para o corrente ano económico.

§ único. O crédito a que se refere a alínea b) deste artigo substitue o que foi autorizado pelo artigo 1.º do decreto n.º 29:370, de 31 de Dezembro de 1938.

Art. 4.º É autorizado o governador geral de Moçambique a abrir no corrente ano económico, observadas as formalidades legais aplicáveis, os seguintes créditos especiais:

a) Um de 60.000\$, com contrapartida na verba global do capítulo 4.º, artigo 468.º, n.º 2), da tabela de despesa vigente, destinado aos vencimentos do lugar de adjunto do inspector de saúde escolar da Repartição